

A OPACIDADE DO SOFRIMENTO HUMANO DECORRENTE DE DESASTRES SOB A PERSPECTIVA DO JORNALISMO HUMANITÁRIO

Cilene Victor

Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da
Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e da Faculdade Paulus de
Tecnologia e Comunicação (Fapcom)

E-mail: cilene.victor@metodista.br

RESUMEN

El periodismo humanitario comienza a surgir en el contexto de la mayor crisis humanitaria desde el final de la Segunda Guerra Mundial. Son millones de víctimas del hambre, de los conflictos armados, de las guerras civiles, de la violencia generalizada, de los desastres y de los cambios climáticos. Ahora el sufrimiento humano ha atacado millones de personas en varias partes del mundo. Agencias humanitarias denuncian que ese sufrimiento se ha sufrido en silencio, resultado de la omisión y de la indiferencia de los medios de comunicación. Este ensayo, parcialmente escrito en la primera persona del singular, adopta los preceptos y caminos de la comprensión para contar como construir un periodismo capaz de reducir el sufrimiento humano y, sobre todo, impedir que se sufra en silencio y en la opacidad, marcado por el “velo del olvido” y por la “rutina de la normalidad”.

Palabras clave: Comunicación, la comprensión como método, periodismo humanitario, crisis humanitaria, desastres y cambios climáticos.

RESUMO

O Jornalismo Humanitário começa a erguer os seus primeiros alicerces no contexto da maior crise humanitária desde o final da Segunda Guerra Mundial. São milhões de vítimas da fome, dos conflitos armados, das guerras civis, da violência generalizada, dos desastres e das mudanças climáticas. Embora o sofrimento humano seja o retrato de milhões de pessoas em várias partes do mundo, agências humanitárias denunciam que esse sofrimento tem sido em silêncio, resultado da omissão e da indiferença dos meios de comunicação. Este ensaio, parcialmente escrito na primeira pessoa do singular, adota os preceitos e caminhos da compreensão para contar como vamos construir um jornalismo capaz de reduzir o sofrimento humano e, sobretudo, impedir que ele se dê em

silêncio e na opacidade, marcada pelo “véu do esquecimento” e pela “rotina da normalidade”.

Palavras chave: Comunicação, a compreensão como método, jornalismo humanitário, crise humanitária, desastres e mudanças climáticas.

ABSTRACT

Humanitarian Journalism is establishing its first foundations in the context of the largest humanitarian crisis since the end of World War II, in which there millions of people who are victims of hunger, armed conflicts, civil wars, of widespread violence, of disasters and climate changes. Albeit human suffering accompanies millions of people around the world, humanitarian institutions denounce that such suffering is beared in silence, as a result of media omission and indifference. This essay, partly written as a first-person account, adopts the precepts and ways of comprehension for telling how we aim to build a kind of journalism which is capable to reduce human suffering and, above all, to prevent reporting routines to be work for silencing and opacity, for the “veil of forgetfulness” and the “routines of normality”.

Keywords: Communication, comprehension as a method, humanitarian journalism, humanitarian crisis, disaster and climate changes.

A OPACIDADE DO SOFRIMENTO HUMANO DECORRENTE DE DESASTRES SOB A PERSPECTIVA DO JORNALISMO HUMANITÁRIO

A fala de Kazol Rekha, de Bangladesh, despertava a atenção de quem passava por perto do *Ignite Stage*, um palco destinado à apresentação de pesquisas, experiências e ideias, uma das atividades da programação da Terceira Conferência Mundial da ONU para Redução de Riscos de Desastres (RRD), realizada na cidade de Sendai, Japão, em março de 2015.

Após um acidente em 2003, a jovem bengalesa ficou paraplégica. Abandonada pelo marido e morando sozinha em uma área de risco de inundação em seu país, um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas, ela transformou o seu medo de morar naquela localidade em uma luta que hoje se estende a outras pessoas com deficiência, “as primeiras a serem esquecidas e deixadas para trás durante um desastre”, nas palavras de Rekha.

Em bengali, traduzido para o inglês por dois interlocutores do *Center for Disability in Development* de Bangladesh, Rekha contou sobre sua participação em muitos encontros e treinamentos até se tornar membro do UDMC – *Union Disaster Management Committee*, órgão que guia as ações de RRD no seu país, e mencionou que suas ideias, opiniões e experiência ajudaram a conceber políticas públicas de RRD mais inclusivas, visando tornar sua comunidade mais resiliente aos desastres.

Mais tarde, no mesmo palco, a apresentação da minha pesquisa, que deu origem a um modelo de comunicação de riscos de desastres (CRD),¹ não contemplaria a realidade apresentada por Rekha. Falei sobre a magnitude dos eventos naturais e a vulnerabilidade das fontes receptoras de tais fenômenos, ou seja, as cidades, os bairros e as comunidades, mas deixei de olhar mais de perto e observar a dimensão e as diversas faces da vulnerabilidade.

Quando terminei, um pesquisador iraniano me perguntou se o modelo de CRD que eu havia concebido poderia ser adaptado à realidade do seu país. Ainda que feliz pelo interesse em minha pesquisa, a fala de Rekha ainda soava na minha cabeça, como pesquisadora e jornalista. Como podemos deixar essas questões na invisibilidade e no silêncio?

Três anos mais tarde, em março de 2018, durante a produção de uma reportagem especial para o jornal *Folha de S.Paulo* sobre deslocados por desastres,²

¹ O tema foi discutido no capítulo “Diálogo nos cenários de riscos de desastres” (VICTOR, 2014) do livro *Comunicação, diálogo e compreensão* (2014), organizado por Dimas A. Künsch, Guilherme Azevedo, Pedro Torres Debs Brito e Viviane Regina Mansi.

² VICTOR, Cilene; ABEL, Victoria (Coletivo Jornalismo e Redução de Riscos de Desastres).

moradores do Boulevard da Paz, no M'Boi Mirim, zona sul da cidade de São Paulo, me contaram a história de uma criança com deficiência que morreu quando um deslizamento de terra atingiu sua casa. Todos saíram correndo, mas não deu tempo de socorrer a garotinha de 5 anos.

Pela memória dos moradores, o fato aconteceu em 2003, mesmo ano do acidente de Rekha, conexão que só fiz agora ao escrever estas palavras. A morte da criança não foi matéria em nenhum jornal, e nem mesmo os moradores se lembravam bem dela. Para uns, a vítima foi uma menininha de 5 anos. Na memória de outros, foi um bebê ou um garoto de 12 anos.

A invisibilidade das perdas humanas e dos danos materiais causados por desastres, sobretudo os que acometem um número menor de pessoas, me faz sempre lembrar do relatório *Suffering in silence*,³ produzido pela *Care Internacional*, sobre as dez crises humanitárias mais subestimadas pela imprensa a cada ano.

Se as crises humanitárias que acometem um grande número de pessoas são invisíveis para a imprensa, com seus critérios de noticiabilidade, o que dizer dos desastres cotidianos que não se encaixam nesses critérios?

Durante a Conferência da ONU em Sendai, Marcos Lopes, à época assessor de Programas de Cooperação Internacional do Itamaraty e membro da delegação brasileira naquele encontro, traduziu os desastres como uma das violações dos direitos humanos, o que demandaria um enfrentamento à altura de sua gravidade e complexidade.

Onde há violação dos direitos humanos, o jornalismo deveria estar presente. Mas como furar critérios de noticiabilidade histórica e culturalmente ainda preservados em boa parte da imprensa ocidental? Se nem todo fato ou acontecimento é uma notícia, a mesma lógica parece ser adotada ao falar sobre o sofrimento humano, uma vez que nem todas as dores do mundo são noticiadas.

Seria, então, o jornalismo humanitário a principal rota de fuga para tirar esse tema da invisibilidade, ou da opacidade, e formar uma opinião pública que exija políticas públicas humanitárias capazes de impedir ou minimizar o sofrimento das populações mais vulneráveis?

Rekha na sociedade de riscos

Há mais de três décadas, em 1986, quando Ulrich Beck estava revisando a prova

Deslocamentos internos causados por desastres aumentam no país. Folha de S.Paulo, 9 jun. 2018. Disponible en: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/deslocamentos-internos-causados-por-desastres-aumentam-no-pais.shtml>>. [consultado el 20 dec. 2018].

³ Referente ao ano de 2017: <<https://www.care-international.org/suffering-in-silence/>>.

do seu clássico *Sociedade de risco* (Beck, 1999), aconteceu o desastre nuclear de Chernobil, o que o levou a escrever um segundo prefácio. Chernobil materializava a discussão de Beck acerca dos riscos ambientais e tecnológicos, principalmente os que ultrapassam as fronteiras dos territórios, e fundamentava ainda mais sua visão universalista do problema.

E foi exatamente o conceito de sociedade global de riscos, baseado na realidade europeia, que levou o sociólogo alemão a ser alvo de duras críticas. Isso porque era uma visão que atenuava o peso da iniquidade social na distribuição dos riscos ambientais, na expressão adotada pelo autor, entre os países ricos e pobres de todo o mundo.

Mais tarde, e em algumas vezes sintonizado com o sociólogo britânico Anthony Giddens, Beck tentou não deixar dúvidas acerca desse descompasso, especialmente ao tratar da temática das mudanças climáticas, considerada por ele um dos mais preocupantes problemas globais.

Em *A política da mudança climática*, Giddens (2010) leva a questão climática para a esfera econômica e geopolítica, colocando no centro da discussão a dinâmica da cooperação internacional, o que, naturalmente, revela o descompasso não muito preciso na obra de Beck dos anos 1980.

Embora as mudanças climáticas sejam um problema global e, portanto, todos estejamos suscetíveis aos seus impactos, não há dúvidas de que as nações menos desenvolvidas são as mais afetadas. O mesmo acontece com as populações mais pobres dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Os desastres, incluindo aqueles associados aos extremos climáticos, têm um endereço certo: aquele que resta às pessoas de baixa renda.

Essa evidência tem norteado as discussões sobre as mudanças climáticas e provocado, novamente, a polarização entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos frente a uma questão ambiental, como ocorreu em Estocolmo, em 1972, durante a Primeira Conferência da ONU para o Meio Ambiente Humano.

Voltemos à questão da iniquidade na distribuição dos riscos a partir de uma reflexão sobre a realidade dos 47 países menos desenvolvidos do mundo, os LDC (*Least Developed Countries*, na sigla em inglês). Desse total, 33 estão no continente africano, uma das regiões mais pobres e que mais sentem os impactos dos extremos climáticos. Outros 9 estão na Ásia, 4 na Oceania e apenas o Haiti nas Américas.⁴

⁴ Map of the Least Developed Countries (LDC). Disponible en: <<https://unctad.org/en/Pages/ALDC/Least%20Developed%20Countries/LDC-Map.aspx>>. [consultado el 20 dec. 2018]

O enfrentamento dos impactos das variações climáticas deve se dar em duas frentes, a da mitigação e a da adaptação. Em ambas, a produção e o acesso às tecnologias vão definir o grau de preparo para lidar com o problema. As nações mais pobres não produzem tecnologia e dependem da efetividade da cooperação internacional para se adaptar às mudanças climáticas, uma vez que a mitigação não seria prioridade para os países que menos emitem gases de efeito estufa.

O problema global demanda enfrentamento local que, por sua vez, tende a ser norteado pelos acordos de cooperação internacionais. Para garantir essa abordagem, a ONU tem realizado plataformas regionais como ações preparatórias para as suas conferências globais. Um exemplo, na área da gestão dos desastres, foi a realização das plataformas regionais como subsídios para a conferência no Japão, em março de 2015, que culminou com a adoção do Marco de Sendai. No ano anterior, a cidade equatoriana de Guayaquil foi o palco da Plataforma Regional para a Redução de Risco de Desastres nas Américas.

Ter estado em Guayaquil e depois em Sendai me fez resgatar o olhar para a curva na distribuição dos riscos. No Equador, os grupos representando as minorias sociais, mulheres e pessoas com deficiência buscavam uma forma de fazer com que as suas vozes não fossem apenas ouvidas, mas impressas no documento não vinculante adotado mais tarde por 187 Estados membros da ONU presentes em Sendai.⁵

O pedido de voz soava como uma denúncia da presença de mais uma forma de violação dos direitos humanos. Era o retrato da iniquidade, tão marcante e presente na sociedade de riscos. Percebi a urgência de conectar a realidade de Rekha aos alertas do economista espanhol Joan Martínez Alier, em *O ecologismo dos pobres* (Martínez Alier, 2007), e da geógrafa francesa Yvette Veyret, em *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente* (Veyret, 2007), não deixando dúvidas acerca dos riscos como construções sociais e políticas, historicamente erguidas.

Em outubro de 2017, o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos (UNISDR) divulgou relatório com os números do problema. Segundo o estudo, anualmente, mais de 24 milhões de pessoas são levadas à situação de pobreza em decorrência de desastres. O secretário-geral da ONU, o português António Guterres, traduziu as estatísticas numa fala: “Agora, temos de focar em reduzir o sofrimento humano e o número de pessoas afetadas”.

A expressão “sofrimento humano” tem sido usada no contexto de tragédias humanitárias, o que faz dos desastres e das mudanças climáticas uma das faces

⁵ World Conference adopts new international framework for disaster risk reduction after marathon negotiations. Disponible en: <<https://www.unisdr.org/archive/43289>>. [consultado el 20 dec. 2018]

da atual crise humanitária, considerada pela ONU a maior desde o final da Segunda Guerra Mundial.

A tentativa de compreender como se dá essa conexão fez com que eu percebesse a insuficiência do modelo de jornalismo que praticamos, ainda preso a critérios de noticiabilidade incapazes de enxergar o que há por trás da “rotina tediosa da normalidade” e do “véu do esquecimento”, nas palavras de Zygmunt Bauman (2017). A morte de uma criança pobre, com deficiência, em um bairro pobre da capital paulista, não é resultado do deslizamento de terra, tampouco da chuva que provocou o fenômeno geológico e climatológico.

Os desastres não são naturais, são construções sociais, violações dos direitos humanos e resultado da soma da magnitude de um evento com a vulnerabilidade de sua fonte receptora. As perdas humanas decorrentes de desastres não podem cair na rotina da normalidade porque elas não são pontuais, elas são frequentes, cotidianas, ainda que distantes dos centros que decidem quem será visto e quem será esquecido. O apelo de Rekha não se esgota na fala de uma mulher com deficiência. Ele representa os grupos mais vulneráveis, os que sofrem todos os dias em silêncio.

A complexidade do problema exige um exercício de compreensão da realidade, no qual nós jornalistas devemos nos colocar como um dos protagonistas. Neste caso, o protagonismo está em assumirmos a narração da história, da realidade da qual fazemos parte. Hoje, um indivíduo com mais de 73 anos está vivendo a segunda crise humanitária de grandes proporções. Se temos menos de 73 anos, estamos diante da maior crise humanitária da nossa existência. Ela não apenas definirá o jornalismo que queremos praticar, mas quem somos no mundo e para o mundo, uma expressão que me remete à biografia de Hannah Arendt pelo olhar compreensivo de Elisabeth Young-Bruehl, *Hannah Arendt: por amor ao mundo* (Young-Bruehl, 1997).

Quando nós jornalistas nos tornamos protagonistas da história, não dos fatos que narramos, somos convidados a adotar uma prática e uma ética jornalística que contribuem para elevarmos a humanidade ao primeiro plano, como na expressão do ex-secretário geral da ONU, o sul-coreano Ban Ki-moon, por ocasião do Dia Mundial Humanitário de 2016: “We need everybody to demand that their societies and governments put humanity first”.⁶

A humanidade está por trás das estatísticas, dos discursos oficiais, das datas comemorativas. A humanidade está no rosto e na fala de Rekha e na morte da criança sem identidade. Para as sociedades exigirem a humanidade em primeiro plano e pressionarem seus governos para fazerem o mesmo, elas precisam ter informação e lucidez para compreender o mundo que habitam.

⁶ Em tradução livre: “É preciso que todos exijam de suas sociedades e de seus governos que coloquem a humanidade em primeiro lugar”.

A partir dessa percepção, passei a estudar e a pesquisar sobre jornalismo de base humanitária, aquele que faz da dimensão humana dos fatos a razão de suas narrativas. Neste ensaio, introduzo o Jornalismo Humanitário, materializado no estudo *The state of Humanitarian Journalism*, de Martin Scott, da Universidade de East Anglia, Mel Bunce, da Universidade de Londres, e Kate Wright, da Universidade de Edinburgh (Scott; Bunce; Wright, 2018).

Um Jornalismo Humanitário para Rekha

Importante iniciar esta passagem do ensaio com dois alertas. O primeiro é para salientar que o Jornalismo Humanitário não é uma área nova do jornalismo, tampouco uma editoria. O segundo alerta é, sem dúvida, um pouco mais embaraçoso para nós acadêmicos: não temos uma definição ou mesmo uma construção avançada do conceito de Jornalismo Humanitário. Uma epistemologia desse modo de fazer jornalístico ainda está subordinada ao estudo e à análise da cobertura jornalística que passamos a chamar de humanitária.

As investigações realizadas até aqui são suficientes para nos convidar para um exercício de compreensão, de entendimento da dinâmica do mundo e de seus acontecimentos. Vejamos novamente a questão climática. Inicialmente, ela foi tratada como uma pauta da área da ciência e, portanto, manteve-se fechada, com seus códigos, nas editorias e publicações de ciência. Em um determinado momento, o tema passou a ser uma preocupação do jornalismo econômico, limitando novamente o entendimento do problema.

Hoje, temos evidências suficientes para dizer que as mudanças climáticas são uma das mais complexas e multifacetadas questões globais, com seus reflexos e especificidades locais e uma dimensão humana que por tempos foi mantida na opacidade.

A dimensão humana da problemática das mudanças climáticas não encontra eco nos critérios tradicionais de noticiabilidade. E é por isso que a cartografia da sua opacidade pode ser explicada pela “rotina tediosa da normalidade”. A urgência de combater e denunciar a violação dos direitos humanos das populações mais vulneráveis não é uma novidade para os formuladores de políticas públicas nem para nós jornalistas.

Segundo dados do IDMC – *Internal Displacement Monitoring Centre*, um importante banco de dados e referência na temática dos deslocamentos internos forçados, somente em 2017, o número de pessoas deslocadas internamente foi de 30,6 milhões, sendo 11,8 milhões por conflitos e 18,8 milhões por desastres.

Os dados estão presentes na edição 2018 do *Global report on internal displacement*, cuja divulgação movimentou jornalistas e redações de várias partes do mundo. O

que não se vê nessas narrativas, no entanto, são os rostos de crianças, homens, idosos e mulheres como Rekha. Como também, no caso brasileiro, não se busca saber quem são as 71 mil pessoas que se viram diante da migração forçada por desastres, na sua maioria, associados à seca.

No jornalismo, algo que acontece com muita frequência pode cair na banalidade. À medida que o sofrimento humano se prolonga, ele passa a ser tratado midiaticamente como algo normal, naturalmente aceitável. Algumas importantes iniciativas, no entanto, sugerem impedir ou reduzir a omissão do jornalismo nesses cenários e driblar os valores-notícia. Esses são os casos dos coletivos de jornalismo humanitário, formatados e alinhados à era do jornalismo pós-industrial.

O surgimento desses coletivos parece reproduzir a mesma disposição presente no ato constitutivo da criação da Unesco, em 1945 – “se as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas de paz” –, e isso soa como um passo importante na construção de um jornalismo mais atento ao sofrimento humano. Isso porque esses grupos são formados por jornalistas, muitos deles jovens, que sonham em resgatar o papel do jornalismo como guardião dos direitos civis e humanos.

Com base em Martin Scott (2017), essa seria uma das três definições iniciais de notícias humanitárias: aquelas que cobrem crises humanitárias e seus atores; as que adotam uma ética humanitária; e as notícias como práticas humanitárias.

O trabalho dos coletivos de jornalismo tem revelado uma conjugação das três definições. Dois exemplos podem ser mencionados: o da agência de notícias *Integrated Regional Information Networks* (IRIN),⁷ uma das mais importantes referências na produção e disseminação de notícias humanitárias, e o coletivo de Jornalismo e Redução de Riscos de Desastre – JRRD, que criei junto com um grupo de jovens jornalistas e um matemático especializado na temática dos desastres. Sediado em São Paulo, o coletivo atua de forma independente e, inicialmente, sem vínculos institucionais.

Peço licença para falar sobre o coletivo JRRD e sua ampliação para o campo do Jornalismo Humanitário, prevista para 2019. No início do coletivo, criado em 2016, discutimos sobre a importância de não usarmos adjetivação para tratar de um desastre. Não apenas seguimos uma orientação presente no manual da ONU, *Disaster through a different lens*, ou nas obras de Beck, Giddens, Veyret e tantos outros autores que abordam os desastres como uma construção social, como tentamos ser coerentes com as histórias que ouvimos nas áreas de riscos,

⁷ Através de uma rede global de mais de 200 correspondentes, editores e analistas, a IRIN fornece notícias multimídia de pontos de acesso em mais de 70 países. Mais informações: <<https://www.irinnews.org/>>.

marcadas pela iniquidade social. Quando vamos a campo, subimos e descemos ladeiras, muitas de barro, é a realidade lá encontrada que não deixa dúvidas sobre o que está por trás do discurso de especialistas e fontes oficiais que insistem em se referir aos desastres como naturais.

No futuro próximo, poderemos celebrar a chegada de jornalistas atentos à cobertura de desastres como violações dos direitos humanos, evitando, inclusive, que seu trabalho contribua para perpetuar essa violação, como ocorre em notícias que expõem e espetacularizam o sofrimento das vítimas de um desastre, seja durante as operações de resgate de sobreviventes e retirada de corpos de um deslizamento, por exemplo, seja durante o enterro dessas vítimas, momento em que a dor dos familiares e amigos deve ser preservada.

Para unir os esforços de dois lados, academia e jornalistas, lançamos no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) o grupo de pesquisa “Jornalismo Humanitário e Media Interventions”, iniciando uma aproximação com o professor Martin Scott.

Na IRIN, nossa principal referência na prática do Jornalismo Humanitário, há várias editorias, entre elas “Desastres e conflitos”. Significa dizer que a crise humanitária tem várias faces, entre elas a dos desastres e dos conflitos que provocam as migrações forçadas.

A sobrevivência dos coletivos merece um ensaio específico, uma vez que os recursos, tanto para combater a crise humanitária quanto para apoiar o jornalismo que cobre essa área, têm se tornado cada vez mais escassos.

Em um diálogo com Dimas Künsch, ele me sugeriu estabelecer uma relação entre o tema da compreensão e o trabalho do jornalista que tenta não só compreender e tecer um diálogo com os envolvidos, mas também compreender a si mesmo dentro desse processo. Dimas Künsch e Mateus Yuri Passos são líderes do grupo de pesquisa “Da compreensão como método”, da mesma Universidade Metodista, a Umesp.

Aceitei o desafio. O Jornalismo Humanitário constitui uma vertente que se aproxima muito da leitura de mundo de Hannah Arendt, fundada na ideia da compreensão. Quem eu quero ser para o mundo, o mundo como a nossa casa. O mundo sobre o qual vou escrever como jornalista é aquele do qual eu também faço parte. Preciso compreender que a crise humanitária sobre a qual tenho narrado também é resultado da minha própria existência, e eu faço parte dessa crise, portanto.

Brevemente, narro aqui uma experiência de campo, iniciada no segundo semestre de 2018, vinculada ao grupo de pesquisa “Jornalismo Humanitário e Media Interventions”, que visa associar a prática do Jornalismo Humanitário

aos estudos nessa área. A proposta é possibilitar aos pesquisadores do grupo o contato com a realidade que, direta ou indiretamente, faz interface com o objeto de suas investigações. Quando eu e Wagner Ribeiro, fotojornalista e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, chegamos no Líbano,⁸ nossa primeira parada foi em Trípoli, de onde seguimos para Al Badaw, um campo de refugiados palestinos e, agora, de palestinos-sírios, criado em 1955 pela Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados Palestinos no Oriente Médio – UNRWA.

Escolhemos o Líbano, que faz fronteira com a Síria ao norte e com Israel ao sul, e fronteira marítima com o Chipre, por ser o país com maior número de refugiados per capita de todo o mundo: de cada quatro pessoas vivendo no Líbano, uma é refugiada. O campo mais antigo em território libanês é o Ain al-Hilweh, de 1948..

No campo de Al Badaw, fomos recebidos por um membro de um dos 14 grupos de resistência à ocupação israelense em território palestino. Ele nos deu apenas uma hora para fazer as entrevistas e capturar imagens do campo. A ida com um tradutor de árabe, Abdo Ja Rou, refugiado sírio residente no Brasil, foi um importante acerto.

Sua tradução evitou que noticiássemos um episódio que poderia fomentar ainda mais o conflito geopolítico e humanitário, ferindo o que passamos a entender como a ética humanitária, aquela intrínseca às reportagens humanitárias. É essa ética que faz do Jornalismo Humanitário uma importante bifurcação com o Jornalismo de Paz, que na acepção de Dov Shinar (2009) e Willhelm Kempf (2016) é construído a partir de uma prática que se esquia da promoção dos discursos de ódio e dos conflitos não-constructivos.

No Líbano, conseguimos dar voz aos refugiados sírios, palestinos e palestinos-sírios, dos campos Al Badaw, de Al Awda e de Al Yasmine, esses dois últimos coordenados pela URDA – *Union of Relief and Development Associations*, uma das mais respeitadas instituições humanitárias do mundo.⁹

Ouvir e mostrar a realidade dos refugiados não significa explorar a sua dor. A garantia da dignidade da pessoa humana deve nortear a atividade jornalística nesses contextos. São as vítimas, as protagonistas de suas próprias histórias, que devem nos mostrar o limite do nosso trabalho. Muitas vezes, esse limite pode ser definido por um choro ao lembrar do que foi ou de quem foi deixado para trás.

⁸ Reportagem apresentada no Jornal da Cultura, da TV Cultura, no dia 11 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fXFT9-AGPKc>>.[consultado el 20 dec. 2018].

⁹ Reportagem apresentada no Jornal da Cultura, da TV Cultura, no dia 12 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BE4xaHIKyNQ>>.[consultado el 20 dec. 2018]

Se na prática, o limite pode soar a partir da lembrança da dor de nossos entrevistados, na teoria, nos conceitos de Jornalismo Humanitário, esse limite seria amparado pela ética humanitária, uma das três definições de notícias humanitárias sugeridas por Martin Scott e que conecta o Jornalismo Humanitário aos estudos da compreensão.

Para o pesquisador britânico, notícias com adoção da ética humanitária “estão em conformidade com uma compreensão mais ampla do humanitarismo”, tratado pelo autor como a “ética da bondade, da benevolência e simpatia, que se estendem universal e imparcialmente a todos os seres humanos” (Scott, 2017).¹⁰

Este ensaio é uma tentativa de dizer a todas as vítimas de guerras, de conflitos, de desastres e de toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos, que é para elas que estamos levantando o alicerce do Jornalismo Humanitário.

Este ensaio é dedicado à pequena Samira, refugiada síria, do campo de Al Awda, que recebeu nossa equipe de reportagem com um sorriso e com a pergunta, em inglês, se estávamos bem. Durante a reportagem, Samira disse que sua vida no campo era linda, mas que gostaria de ir à escola.

Todas as crianças viverão vidas lindas quando combatermos a violação de seus direitos. É isso que vai fazer do Jornalismo Humanitário uma prática que não terá volta. Ela será construída na mente dos velhos e jovens jornalistas.

REFERÊNCIAS

- ACNUR – United Nations High Commissioner for Refugees. 2017. *Global trends – Forced Displacement in 2016*. UNHCR.
- ARENDR, Hannah. 2008. *A condição humana*. 10a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BAUMAN, Zygmunt. 2017. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BECK, Ulrich. 1999. *World risk society*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, Anthony. 2010. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- IDMC – Internal Displacement Monitoring Centre. 2018. *Global report on internal displacement 2018*. Genebra: IDMC. Disponible en: <<http://www.internal-displacement.org/global-report/grid2018/>>. [consultado el 20 dec. 2018].

¹⁰ Disponible en: <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>>. [consultado el 23 dec.2018]

- KEMPF, Wilhelm. 2016. Dangers of Peace journalism. *Conflict & Communication Online*. Vol. 15, n. 2. Disponible en: <http://www.cco.regener-online.de/2016_2/pdf/kempf2016_engl.pdf>. [consultado el 20 dec. 2018].
- KI-MOON, Ban. 2016. *Agenda for humanity*. United Nations. Disponible en: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2282agendaforhumanity.pdf>>. [consultado el 20 dec. 2018].
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. 2007. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.
- SCOTT, Martin; BUNCE, Mel; WRIGHT, Kate. 2018. *The state of Humanitarian Journalism*. Norwich, England: University of East Anglia. Disponible en: <http://humanitarian-journalism.net/wp-content/uploads/2018/10/7_Humanitarian-News-Report.pdf>. [consultado el 20 dec. 2018].
- SCOTT, Martin. 2017. What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering. In: Public Media Alliance. Maio de 2017. Disponible en: <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>>. [consultado el 23 dec.2018]
- SHINAR, Dov. 2009. Jornalismo de guerra e de paz no Oriente Médio. *Libero*. São Paulo. V. 12, n. 24, p. 9-20.
- UNISDR. 2015. *Sendai framework for disaster risk reduction 2015-2030*. Disponible en: <<http://www.unisdr.org/we/inform/publications/43291>>. [consultado el 20 dec. 2018].
- UNISDR. 2010. *Disaster through a different lens: behind every effect, there is a cause*. Disponible en: <https://www.unisdr.org/files/20108_mediabook.pdf>. [consultado el 20 dec. 2018].
- VEYRET, Yvette. 2007. *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- VICTOR, Cilene. 2014. Diálogo nos cenários de riscos de desastres. En: KÜNSCH; AZEVEDO; BRITO; MANSI (Orgs.). 2014. *Comunicação, diálogo e compreensão*. Plêiade, p. 179-191.
- YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. 1997. *Hannah Arendt: por amor ao mundo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.